

Democratização e desestatização

O modelo que se busca no Brasil, desde 1889, é presidencialista representativo liberal. Significativamente são chamados de "exceção" os momentos autoritários interrompendo a regra. Não caímos ainda no equívoco de querer conciliar sistematicamente o autoritarismo político e o liberalismo econômico, à maneira do Chile atual. Sempre acabaram exorcizadas as tentações, do chamado "nacionalismo de direita", tanto quanto as de esquerda.

- Toda vez que o Brasil retorna ao caminho democrático (em 1945 após o Estado Novo e trinta anos depois no governo Geisel) invoca-se o liberalismo, só renegado em breves fases.

Estamos agora vivendo um reforço do surto liberal.

A palavra deixa de ser maldita, multiplicam-se os que passam a invocá-la, mesmo quando a renegavam até há pouco.

A desburocratização e a desestatização inserem-se nesse contexto. O Direito Consuetudinário muito favoreceu a flexibilidade das relações capitalistas aceleradas a partir da Revolução Industrial inglesa e levadas ao auge pelos Estados Unidos. Nos últimos tempos, pelo Canadá.

Faz falta um outro Max Weber que aponte suas correlações, como o fez antes com o protestantismo.

Dai a simplificação a força, por derrota da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial. Os ocupantes norte-americanos lembraram-se de dismantelar não só a estrutura jurídica fascizante, como também a anterior que a pre preparara.

No Brasil, tornou-se preciso uma lei especial das sociedades anônimas, quase autônoma diante do Código Comercial, para dinamizá-lo. Apesar de sobreviverem muitas disposições legais arcaicas, envenenando o jurista desde os bancos escolares.

O maior desafio à desburocratização está no Judiciário, o menos eficaz dos Poderes. O Executivo passa fases antipatizado, porém autua e é, no mmo, temido. O Legislativo, com todos seus inegáveis defeitos, prossegue o mais popular, às vezes até populista. Mas o Judiciário traz uma profunda frustração principalmente às classes sociais inferiores, sem acesso sequer aos seus confusos, lentos e caros meandros. O que mina ainda mais a confiança na democracia, teoricamente um harmônico equilíbrio dos três poderes.

A desestatização apresenta-se inevitável quando as transferências de empresas ao Governo, ou sua criação, foram efetuadas de cima para baixo e sem qualquer satisfação às bases. Enquanto a co-participação na diretoria das empresas com mais de quinhentos empregados, hoje paritariamente, começou na Alemanha Federal nos tempos do conservador Adenauer, aqui sempre se buscou desviar a atenção do problema, inclusive suposta-

mente em nome de uma imediatista distribuição de lucros, continuando difícil mesmo em termos de aumento de produtividade.

Agora, na França, Michel Rocard insiste em que assim as estatizações venham a transformar-se efetivamente em nacionalizações. O que resta a ver na Presidência Mitterrand, que se inicia.

Mas estas discussões soam remotas num Brasil ainda emergindo do capitalismo selvagem, que não vacilará em apelar de novo ao autoritarismo político, quando se vir ameaçado. Porém, um dos seus subprodutos é exatamente a multiplicação de empresas estatais deficitárias, ou estatizadas de fato para salvar seus empresários privados através de intervenções de bancos oficiais.

São o resultado também de pretensões megalomaniacas ufanistas de "Brasil-superpotência do ano 2.000" e coisas parecidas, colocando metas muito acima das nossas forças e sacrificando outras mais urgentes. Não vamos enumerá-las, porque mereceriam outro artigo.

Agora estamos colhendo os frutos sadios dos investimentos certos, mesmo com grande esforço, e os frutos podres dos desacertos. Muitas empresas estatais teimaram em desafogar-se financeiramente no exterior, quando não podiam ser rentáveis. A dívida externa nelas em grande parte se baseia.

Certos setores das Oposições participam do equívoco, ao protestar contra a desnacionalização do que nunca teve condições de ser estatizado, inclusive pelos tais setores quando outrora no Governo. Se empresas multinacionais não se interessarem por determinadas estatais falidas, vamos todos continuar subsidiando-as indefinidamente? E quais as propostas concretas para torná-las rentáveis? Não vale querer modificar toda estrutura econômica do país, se os eleitores repelem os radicalismos políticos, segundo as pesquisas de apinão os indicam apoiando candidatos oposicionistas também conservadores, à sua maneira.

As reações reduzem-se, então, a sentimentalismos de supostos "nacionalistas de direita", madalenas arrependidas querendo aderir à abertura contra qual se opuseram, e dos ditos "nacionalistas de esquerda" de sempre, populistas resvalando na demagogia. Excluem-se naturalmente quem tiver propostas socialistas globais, embora sujeitas a outro tipo de debate que não cabe aqui, mas que diz respeito evidentemente ao efetivo grau de participação nelas contra a burocracia etc.

Estamos tendo que optar.

Para além do ano 2.000 só as multinacionais e os Estados socialistas têm projetos, discutíveis em seu modo, porém projetos. Não se consegue ficar mais pendurado em cima do muro. A chamada "economia mista" de Paul Samuelson tem o seu peso e o seu eixo inclinados com nitidez para o lado privatista.